

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SPDA, DE 2021. Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e

um, às dezoito horas, reuniu-se virtualmente o Conselho Fiscal da **COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – SPDA**, com sede

na Rua Líbero Badaró, nº 190, 5º andar, Centro, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **PARTICIPANTES:** EVANDRO LUIS ALPOIM FREIRE, Presidente do

Conselho Fiscal; ARTHUR GUERRA DE ANDRADE e MARCO ANTONIO PALERMO, Conselheiros Fiscais; MAURÍCIO AKIHIRO MAKI, Diretor Administrativo Financeiro, e

HÉLIO RUBENS DE OLIVEIRA MENDES, Diretor Presidente. Iniciando os trabalhos, os Conselheiros convidaram a mim, ANA LUIZA DE CAMARGO CUNHA, para atuar

como Secretária da Reunião, após, deliberou-se sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**, a saber: **1)** Fiscalização das contratações: verificar regularidade das contratações sob o

aspecto do processo licitatório, examinar demonstrativos de Valores a Receber; **2)** Acompanhar e aprovar o Aditivo do CDI – Plano Tático; **3)** Situação geral das contas e análise do Fluxo de Caixa mensal e projeção anual; **4)** Informe sobre a extinção da

Companhia Paulistana de Securitização; e **5)** Eleição do Presidente do Conselho.

DELIBERAÇÕES: **1)** Tendo em vista o cronograma definido no Plano de Trabalho do Conselho Fiscal da SPDA para o ano de 2021, em especial quanto à fiscalização das

contratações: verificação de regularidade das contratações sob o aspecto do processo licitatório e exame dos demonstrativos de Valores a Receber, prevista para o mês de

novembro, o Diretor Administrativo Financeiro apresentou aos Conselheiros os detalhes da lista de contratos e números de processos enviados previamente,

informando que a empresa segue sua política de contratação e licitação que sintetiza os requisitos normativos. Explicou que, neste ano, apenas o contrato com a

contabilidade passou por procedimento de pregão pois, ainda que o contrato tenha sido assinado abaixo do valor permitido legalmente para dispensa, a pesquisa de

preços apresentou uma referência acima de R\$ 50 mil, o que acarretou a abertura do processo licitatório. Os demais contratos vigentes foram por dispensa de licitação ou

tiveram prorrogação dentro do prazo legal permitido. Sobre os valores a receber, apresentou inicialmente as contas de amortizações extraordinárias explicando a

origem deste crédito contra a Prefeitura e, posteriormente, os saldos conforme segue: aproximadamente R\$ 1 milhão é o saldo mensal corrente, R\$ 4,6 milhões estão sendo

tratados no processo 7110.2019/0000012-9 em vias de serem recebidos e, assim que este processo for concluído, será solicitado aproximadamente mais R\$ 1,4 milhões de

amortizações extraordinárias à Prefeitura sobre valores quitados pela SPDA em 2019. Apresentou, também, o saldo de créditos de tributos a recuperar/restituir, constituídos contra a Receita Federal, decorrentes de recebíveis com imposto de renda retido na fonte - IRRF ou pagamentos antecipados nas apurações parciais, ambos com valores maiores que o IR sobre Pessoa Jurídica apurado na data da ocorrência do fato gerador ao final do ano. Não houve apontamentos sobre o tópico; **2)** O Diretor Administrativo Financeiro informou aos Conselheiros que o Compromisso de Desempenho Institucional – CDI tem vigência de 2 anos, mas é revisado anualmente e, por este motivo, o COGEAI encaminhou para empresa a solicitação para apresentar proposta de revisão das metas para o ano de 2022. Assim, a empresa preparou novas projeções e trouxe a minuta da nova proposta com valores ajustados referentes: (i) ao resultado econômico; (ii) ao resultado financeiro; (iii) à meta de pessoal, ressaltando que a projeção da Companhia é de não atingir a meta em 2022 caso tenha o quadro cheio e os reajustes se deem pela inflação, foi sugerido avaliar junto ao COGEAI e ao DECAP se era possível ajustar as metas observando a contratação de Diretor Jurídico, um possível reajustes nos quadros estatutários ou uma alteração na política de renegociação salarial; (iv) aos produtos da Companhia; e (v) aos indicadores, informando que a proposta prevê a inclusão de um novo indicador que contempla o de custo de gestão que vem sendo acompanhado desde a cessão da carteira somado ao custo de estrutura e de ações pontuais, tais como postos de atendimento e ações de comunicação para os mutuários; informou, também, que será levada ao COGEAI proposta de redução da meta de inadimplência de contratos de 43% para 45%, informando que na cessão da carteira estava em aproximadamente 52% de inadimplência, atualmente estava em 46,3% e, ainda, segundo informações recebidas do gestor do fundo, a meta deixou de ser factível com o agravamento da crise sanitária no início de 2021. Por fim, informou que as outras metas de indicadores permanecerão as mesmas; **3)** Em seguida, o Diretor Administrativo Financeiro apresentou análise do fluxo de caixa e a situação atual das contas da Companhia; **4)** No que diz respeito à extinção da Companhia Paulista de Securitização – SP Securitização, foi enviada a ata da Assembleia Geral de Extinção para registro junto à Jucesp, conforme apresentada anteriormente, e constando a SPDA, representada pelos seus diretores estatutários, como responsável pela guarda dos livros contábeis da SP Securitização e estamos aguardando o deferimento; e **5)** Os Conselheiros decidiram eleger, como Presidente do Conselho Fiscal, por unanimidade, o Conselheiro Evandro Luis Alpoim



CNPJ/MF n.º 11.697.171/0001-38

NIRE: 35300377303

Freire para o mandato de 6 (seis) meses, contado a partir da presente data. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se esta Ata que vai assinada por mim e todos os presentes.

ANA LUIZA DE CAMARGO CUNHA

Secretária da Reunião

EVANDRO LUIS ALPOIM FREIRE

Presidente do Conselho Fiscal

ARTHUR GUERRA DE ANDRADE

Conselheiro Fiscal

MARCO ANTONIO PALERMO

Conselheiro Fiscal

HÉLIO RUBENS DE OLIVEIRA MENDES

Diretor Presidente

MAURÍCIO AKIHIRO MAKI

Diretor Administrativo Financeiro